



O Papel da Família do Aluno Autista no Processo de Inclusão Escolar

Ana Layane Brandão da Silva¹; Aurelania Maria de Carvalho Menezes²

Resumo: A inclusão é um tema em evidência e falar sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais tem despertado muito interesse, principalmente no caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o foco desse estudo. Por se tratar de uma deficiência de difícil diagnóstico e, ainda em estudo, fez com que o interesse pelo tema aumentasse e para que compreendesse mais sobre o assunto. O objetivo desse estudo é entender a importância da participação da família no processo de inclusão escolar do aluno com TEA, visando favorecer o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, realizada por meio de levantamento em bases de dados eletrônica e material impresso (livros, artigos científicos, periódicos, entre outros), onde o seu embasamento se deu através de estudos de Campelo (2009), Gillberg, (2005), Nunes (2012), Vasques (2008) entre outros. Considera-se, ao final desse estudo, a grande importância da participação da família no processo de inclusão dos alunos com TEA, assim como para outros alunos com qualquer necessidade especial. Ao participar ativamente das ações escolares, inteira-se da vida escolar do filho, quando ela exerce o seu papel, a família contribui para o aprendizado das crianças.

Palavras-Chave: Aprendizagem, Exclusão, Inclusão, Família, Transtorno do Espectro Autista (TEA).

¹ Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). analaybd22@gmail.com;

² Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). lelamenezesluiza@yahoo.com.br.

The Role of the Autistic Student's Family in the School Inclusion Process

Abstract: Inclusion is a topic in evidence and talking about the inclusion of people with special educational needs has aroused a lot of interest, especially in the case of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD), the focus of this study. Because it is a disability that is difficult to diagnose and is still being studied, it has increased interest in the subject and made people understand more about it. The objective of this study is to understand the importance of family participation in the process of school inclusion of students with ASD, in order to favor their learning and development process. The methodology of bibliographical research was used, of a qualitative nature, carried out through a survey in electronic databases and printed material (books, scientific articles, periodicals, among others), where its basis was through studies by Campelo (2009), Gillberg, (2005), Nunes (2012), Vasques (2008) among others. At the end of this study, it is considered the great importance of family participation in the process of inclusion of students with ASD, as well as for other students with any special needs. By actively participating in school actions, they become aware of their child's school life, when they play their role, the family contributes to the children's learning.

Keywords: Learning, Exclusion, Inclusion, Family, Autistic Spectrum Disorder (ASD).

Introdução

O tema da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais tem sido amplamente debatido na sociedade e na comunidade escolar. Não faz muito tempo que estas pessoas eram segregadas socialmente por não se enquadrar no padrão comumente conhecido.

O conceito vigente era de que se tratava de pessoas anormais, que não possuíam capacidade intelectual e eram incapazes de uma convivência social. No mundo contemporâneo tem-se acompanhado a diminuição dessa segregação, principalmente, nas instituições escolares. Porém, somente a inclusão não é o suficiente, uma vez que existem outras questões que demandam atenção, como a participação da família neste processo.

Sabe-se que a família do aluno com necessidades educacionais especiais é a principal responsável por seu filho, uma vez que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Assim, em parceria com a escola, a família contribuirá para que alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente, o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), aprenda e desenvolva-se.

É um tema que chama a atenção pelo número de crianças diagnosticadas e vem crescendo por sua complexidade. Desta forma, a inclusão desse aluno é questão delicada, que

merece todo o cuidado e dedicação não apenas dos professores, mas de todos os atores envolvidos nesse processo, que são: os pais, professores, amigos, colaboradores da escola, etc., assim como toda a sociedade.

Este estudo enfoca a contribuição das famílias de alunos com TEA e, nessa perspectiva baseia-se o seguinte problema da pesquisa: De que forma a participação da família na vida escolar de uma criança com TEA favorecerá sua aprendizagem, desconstruindo a exclusão, o preconceito e a superproteção?

Tem-se por objetivo geral entender a participação da família no processo de inclusão escolar do aluno autista, para favorecer sua aprendizagem. E, por objetivos específicos: conhecer o TEA, as causas e os sintomas; analisar o papel da escola no processo de inclusão do aluno autista e como acontece a participação da família do aluno com TEA no processo de ensino e aprendizagem.

O trabalho foi dividido por temáticas relacionadas ao TEA que ajudarão no esclarecimento do assunto com mais propriedade. São três divisões e a primeira traz o conceito do Autismo assim como o seu diagnóstico, esclarecendo um pouco sobre as causas e sintomas que identificam o Autismo. A segunda temática aborda a Educação Inclusiva e o papel da escola na educação do aluno autista, salientando a importância da inclusão. A última seção mostra a relevância da parceria família e escola para o cotidiano educacional do filho/aluno e as contribuições da família para o processo da aprendizagem do aluno autista.

Autismo: Diagnóstico, Causas e Sintomas

Autismo é um termo que tem origem no grego *autos* significa “em si mesmo” (retratando a maior característica do autista, que é a introspecção), de acordo com Cunha (2012).

Segundo Gracioli e Bianchi (2014):

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento que atinge os principais aspectos relacionais do indivíduo, podendo ser reconhecido pela seguinte tríade de comprometimento: comunicação, interação social e atividades restrito-repetitivas. Esta tríade é essencial ao ser humano pois, abrange os mecanismos de interação social, que permitem ao homem ser ativo em relação ao ambiente externo, no entanto, quando é comprometida denota como se o sujeito não pertencesse a este mundo (GRACIOLI; BIANCHI, 2014, p.126).

O autismo é um distúrbio ligado ao desenvolvimento, atingindo a linguagem, a cognição e a interação social. O autismo infantil está presente já no nascimento e se manifesta antes dos

30 meses, quando respostas não convencionais se apresentam aos estímulos auditivos ou visuais, além de dificuldades para compreender a linguagem.

As crianças autistas apresentam algumas características que podem, inclusive, ser critério para serem diagnosticadas, entre elas: dificuldades nas relações; o desenvolvimento da linguagem fica comprometida com inversão pronominal; ecolalia; afasia; comportamento obsessivo e uso de linguagem ritualística; atividades e interesses restritos com obsessão pela mesmice; desenvolvimento intelectual e físico normais, com excelente memória imediata (CAMPELO *et al*, 2009, p.1-2).

Embora se tenha conhecimento das várias tentativas de entender a etiologia do autismo, há muitas teorias em relação a isto, uma delas é de que o a frieza e indiferença dos pais, principalmente da mãe, pode causar a síndrome. No entanto, médicos do Projeto Genoma do Autismo, consideram que o autismo está diretamente relacionado a fatores genéticos, levando seus portadores a apresentarem transtornos social e intelectual (GRACIOLI; BIANCHI, 2014).

Em 1943, GRINKER (2010 *apud* KANNER, 1968) notou a existência de características comuns entre os portadores de autismo, denominando-as como distúrbios do contato afetivo.

Grinker (2010) afirma que:

Se Kanner, porém, houvesse visto apenas um desses pacientes, talvez não tivesse ficado tão interessado. Mas aquela era outra história - 11 pacientes, oito meninos e três meninas, todos muito diferentes: alguns dominavam a linguagem verbal, outros eram completamente mudos – mas ainda assim todos eram social e linguisticamente deficientes (GRINKER, 2010, p.59).

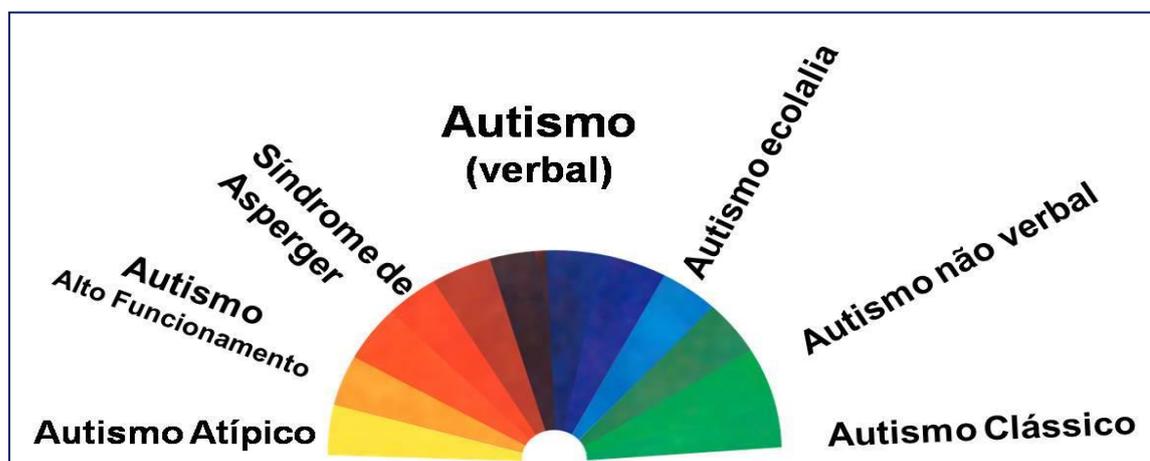
De qualquer forma, Kanner identificou a incapacidade de se relacionar desde o início da vida, os movimentos repetitivos e a resistência à alteração da rotina.

Sintomas fundamentais foram citados por Cunha (2012), podendo ser percebidos na criança precocemente, como a retração e isolamento, não manter contato visual, resistência ao contato físico, ao aprendizado, a ausência de medo frente a perigos reais, fingir-se surdo, birras, não aceitação de alterações na rotina, não pegar objetos sozinho, hiperatividade física, agitação, excesso de calma, apego e uso desapropriado de objetos, movimentos em círculos com o corpo, sensibilidade a barulhos, estereotípias, ecolalias, falta de interesse por brincadeiras de faz-de-conta, compulsão e, as vezes, comprometimento intelectual.

Gillberg (2005) considera que o autista pode apresentar algumas características e outras não, razão pela qual é preciso subdividir a síndrome, partindo da tríade de comprometimento (social, comunicação e comportamento). Na imagem abaixo, constam os subgrupos de acordo

com o grau de comprometimento, no qual as cores mais frias identificam o nível de comprometimento da síndrome:

Figura 1 - Nível de Comprometimento



Fonte: <http://elosautisticos.blogspot.com/2011/02/espectro-do-autismo.html>

Porém, de acordo com Gillberg (2005) para os especialistas, os subgrupos seriam associados em quatro grandes variantes: Autismo clássico, Síndrome de Asperger ou Autismo de Alto Funcionamento, Síndrome de Heller ou Transtorno Desintegrativo da Infância e Autismo Atípico.

O autor citado defende que o Autismo Clássico se identifica na infância (geralmente as crianças não falam ou possuem a ecolalia, sem conseguir comunicarem-se). Na Síndrome de Asperger ou Autismo de Alto Funcionamento, as crianças possuem menor grau de comprometimento com as mesmas características do Autismo Clássico, porém, muitas vezes com grande inteligência e habilidades naquilo que lhes interessa.

Já o Transtorno Desintegrativo da Infância raramente ocorre, e encontra-se mais no sexo masculino (possuem desenvolvimento normal até 3 ou 4 anos quando se inicia uma regressão, as vezes em razão de desordens subjacentes do metabolismo).

No Autismo Atípico, as crianças não atendem a nenhuma das variantes acima, possuindo sintomas incomuns, sendo considerados como portadores de Transtorno Invasivo de Desenvolvimento Sem Outra Especificação, com ocorrência de uma desordem na comunicação social, mas nem toda a tríade é prejudicada.

De acordo com Campelo *et al* (2009) o conceito contemporâneo de autismo está envolto em inúmeras discussões sobre as formas de pensamentos, em associação à compreensão das mudanças de relacionamento, afetividade ou comportamento:

As maiores dificuldades de linguagem enfrentadas por crianças com autismo são relacionadas aos aspectos pragmáticos e à estruturação de narrativas. Limitações de compreensão sobre como as pessoas usam a linguagem para obter algo e na interpretação de narrativas, impedem o sujeito autista de compreender, enunciar e manter uma conversação. A teoria pragmática envolve os aspectos funcionais da linguagem, investigando as reações ou os efeitos de uma determinada emissão no ambiente ou no interlocutor, levando-se em conta tanto a linguagem verbal como não-verbal, os aspectos sociais e ambientais, ou seja, a relação entre a linguagem e o contexto (CAMPELO *et al*, 2009, p.2).

Os primeiros sinais em crianças com TEA surgem nos primeiros meses de vida: não mantêm contato visual e não olham quando são chamadas. Aos 12 meses apontam coisas e no primeiro ano de vida, interessam-se mais por objetos do que por pessoas e, estimuladas com brincadeiras podem não demonstrar reação.

Para Bretani (2013):

O diagnóstico do autismo é clínico, feito através de observação direta do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis. Os sintomas costumam estar presentes antes dos 3 anos de idade, sendo possível fazer o diagnóstico por volta dos 18 meses de idade. (Diagnóstico do Autismo (BRETANI, 2013, *online*))

A dificuldade encontrada para identificar subgrupos de TEA, capazes de dar direção aos tratamentos, proporcionando melhores prognósticos, tem impedido que haja progressos no desenvolvimento de novas abordagens para tratar estes pacientes.

As causas que provocam o autismo, ainda não são conhecidas. Esse transtorno apresenta uma alta complexidade em razão dos sintomas e sua severidade variar sendo, provavelmente, resultado da combinação de diferentes genes. Alguns problemas genéticos ocorrem de forma espontânea e outros são herdados.

Há pesquisas que sugerem que há uma questão de herança genética alta, principalmente, traços do TEA em uma mesma família, parece haver um padrão de autismo relacionado que direciona, ainda mais, para a tese de que esses há uma base genética. Há, também, estudos que indicam que o autismo tem, além de causas genéticas, fatores ambientais que impactam o desenvolvimento do feto (infecções, estresse, substâncias tóxicas, desequilíbrios metabólicos, complicações na gravidez) que podem causar o autismo.

Em relação aos fatores ambientais, detectaram maior risco de TEA para fatores ambientais individuais (complicações no nascimento, infecções maternas, medicação que recebe antes e após nascer) diante dos fatores ambientais que são partilhados pelos familiares.

Um artigo publicado no *The Journal of the American Medical Association – JAMA*, realizada pelo Instituto Karolinska, em Estocolmo, na Suécia, estudou mais de dois milhões de crianças nascidas naquele país de 1982 a 2006, concluindo que o risco de desenvolver autismo vinculado à hereditariedade, embora bastante significativo, foi a metade da causa. Os demais fatores originaram-se do ambiente (NEUROSABER, 2017, online).

Embora não se saiba quais são as causas do autismo, compreende-se que é uma doença que não tem cura, mas que pode ter alguns sintomas controlados com o tratamento e, até impedir que alcance um grau mais elevado.

Os sintomas do autismo podem ser observados pelos pais antes dos três anos de idade, pois a criança autista tem características muito específicas e pode apresentar alguns comportamentos estranhos. Belisário e Cunha (2010) afirmam que as manifestações do TEA variam de acordo com o nível de desenvolvimento e a idade da criança. Se caracteriza por grandes prejuízos na interação social, podendo apresentar também prejuízos nos comportamentos não verbais que regulam a interação social.

Ainda, segundo os autores, pode haver também problemas na comunicação, manifestado pelo atraso ou falta total de desenvolvimento da linguagem falada, podendo haver prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação, uso estereotipado e repetitivo da linguagem. Além disso, as pessoas com autismo podem apresentar perturbação na capacidade de compreensão da linguagem, preocupação com partes de objetos e fascinação por movimentos.

Para Moro (2010, p. 24), “São comuns ao quadro do autismo: inabilidade da interação recíproca; inabilidades na comunicação ou presença de condutas estereotipadas, interesses e atividades restritos.” Contudo, existem diversos sintomas que podem indicar autismo e nem sempre a criança apresentará todos eles, tendo em vista que o autismo pode variar de acordo com o seu grau de intensidade, o qual pode variar de moderado a grave.

Educação Inclusiva e o Papel da Escola na Educação do Aluno Autista

Para que a criança tenha desenvolvimento pleno, é preciso que ela tenha oportunidades de aprender e o melhor ambiente para que isso ocorra é, sem dúvida, a escola.

De acordo com Maranhão *et al* (2009):

Ao ingressar na escola, a criança transpõe o limiar da família e passa a conviver com pessoas de sua idade, descobre novos valores e vivência novas experiências. Para muitas delas, o convívio social proporcionado pela escola oferece possibilidades que a família, muitas vezes, não tem condições de oferecer. No Brasil, grande parte da população infantil que frequenta a escola pública apresenta precárias condições de sobrevivência e, frequentemente, tem seus pais com baixo nível de instrução. Assim, o professor assume um papel fundamental na educação infantil, pois lhe cabe a responsabilidade de propiciar oportunidades de aprendizagem no âmbito escolar, e, nesse contexto, a linguagem ocupa um espaço fundamental devido a sua importância para a formação do sujeito (MARANHÃO, *et al.*, 2009, p.1).

É imprescindível que haja cuidado no processo de inclusão das crianças quando adentram as escolas, para que tenham acompanhamento em suas adaptações, uma vez que ao se inserir a criança no contexto escolar, se ela não tiver amparo, a ação torna-se excludente e não integrada. Desta forma, na inclusão, é a escola que deve adaptar-se ao aluno, às suas necessidades, dificuldades e potencialidades que devem ir além das adaptações físicas/estruturais, oferecendo ações de qualidade, sem rótulos e com ações de qualidade. Nos rótulos, encontram-se as nossas limitações. Devemos olhar para ele e transpormos as impressões externas das barreiras do ceticismo. São elas que mais impedem a inclusão do educando em nossos esforços e sonhos. (CUNHA, 2012, p.101)

Segundo a Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), a ação sobre a diversidade e inclusão em relação a educação em todo o mundo, defende que todos os alunos têm direito ao ensino sem qualquer discriminação, segundo os direitos humanos no tocante a igualdade e equidade, segundo o contexto histórico.

Em relação as adaptações que são necessárias para atender alunos autistas, houve a necessidade de se criar leis para reconhecimento das demandas e direitos destes a uma educação inclusiva, sendo promulgada a Lei Berenice Piana nº 12.764, em 27 de dezembro de 2012, reconhecendo as necessidades dos autistas. Esta lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabeleceu suas diretrizes.

As leis sobre a educação inclusiva asseguraram que a pessoa com deficiência tenha seus direitos assegurados, como o acesso à educação, a permanência e o atendimento especializado que lhes garantam uma educação de qualidade.

Para Vasques, através da educação, estabelecem-se vínculos de filiação e pertença entre sujeitos e, se isso é primordial para todas as crianças, para aquelas com graves problemas torna-se um fator constitutivo, capaz de produzir efeitos em sua estruturação psíquica. (VASQUES, 2008, p.46).

A escola de educação infantil é benéfica para todas as crianças, para autistas, com deficiências físicas ou qualquer outra condição intelectual ou emocional, com práticas pedagógicas que tenham por objetivo o cuidado, o desenvolvimento das possibilidades, habilidades, aprendizagem, autonomia e que valorizem as diversas formas de expressão.

Criar espaço para que o desenvolvimento da criança autista aconteça, com brincadeiras, em casa e na escola, exige dos adultos, investimentos nos processos de significação das ações e tentativas de interação que a criança estabelece. É necessário gerar oportunidades para que a criança se desenvolva com brincadeiras, cabendo ao professor criar condições para tanto, possibilitando a ela a ampliação de experiências com seus pares, acompanhado pelo educador.

A formação dos educadores deve ser adequada, para que não seja um obstáculo para a prática da inclusão, sendo imprescindível que a formação inicial e contínua, leve em conta a tríade reflexão-ação-crítica dos envolvidos no processo, o que acarreta na investigação por meio de maior proximidade com a realidade escolar, num trabalho colaborativo, no qual se construa conhecimentos, se troque experiências e práticas educativas inclusivas que transformem a escola (VITALIANO; VALENTE, 2010, p.31-48).

Como nos traz Nunes (2012):

(...) quando professores pensam as estratégias pedagógicas de sala de aula, considerando as peculiaridades do desenvolvimento do autista, tornam-se capazes de planejar e atingir objetivos mais claros, que darão sentido ao objeto de conhecimento, tornando o processo de aprendizagem mais motivador (NUNES, et al, 2012, p.567).

O educador que quiser se aperfeiçoar é respaldado pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 - Art. 67, Incisos II - V - VI, que possibilita condições para o profissional da área de educação buscar sua capacitação:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] V - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - Condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Assim, o educador deve se preparar, almejando a melhor forma de trabalhar com a criança autista, propiciando-lhe ambiente adequado ao seu desenvolvimento, evidenciando suas habilidades e impedindo que o preconceito da incapacidade do portador de autismo seja influência negativa nas práticas pedagógicas desenvolvidas, oferecendo ao aluno autista todo o amparo para que este se desenvolva. As questões de grupo e socialização, que detém grande

importância para uma criança com autismo, na medida em que favorece a convivência com outras pessoas além da sua família, também são trabalhadas na escola.

Para Zanellato e Poker (2012) é possível garantir uma educação de qualidade a todos, desde que as especificidades de cada aluno sejam consideradas, ou seja, tanto as limitações quanto as potencialidades, sendo importante que, nesse sentido, o professor se informe para ter ciência das dificuldades que a criança com autismo apresenta, para que possa fazer a diferença no desenvolvimento das crianças, sendo elas autistas ou não.

Parceria Família e Escola para o fortalecimento do Cotidiano Educacional Inclusivo

A família é a base da sociedade e nela, a criança terá uma contribuição para o seu desenvolvimento. A família é responsável por assegurar o bem-estar dos componentes, protegendo a criança e transmitindo valores.

A família também se preocupa com o futuro de todos e principalmente da criança, pelas fases de desenvolvimento que não podem sofrer danos físicos e emocionais, por isso, é normal que a família esteja sempre buscando uma melhor qualidade de vida. Quando a família descobre que a criança tem algum transtorno, e que as limitações chegarão, devem buscar o tratamento correto para não comprometer o futuro da criança. Em caso de TEA, a família deve ter a consciência de que o processo de desenvolvimento será lento, mas não impossível, acontecerá seguindo o ritmo que a limitação desejar. Os responsáveis devem assumir uma dedicação total e amparar as necessidades de sua criança autista.

Ao longo dos anos, as famílias têm aceitado os transtornos com mais facilidade, mesmo havendo momentos difíceis. Na busca por tratamento, compreendem que existem meios de facilitar a vida da pessoa deficiente através de acompanhamento terapêutico e tratamentos solicitados por especialistas.

Para a criança autista, a família deve buscar informações para uma melhor inclusão e tratamento, pois é natural que os pais se preocupem com a forma em que os filhos estão sendo tratados na escola. A inclusão das crianças com TEA no âmbito escolar e social contará com a interação dos docentes, familiares, alunos com TEA e os demais alunos. Com a contribuição de todos haverá mais compreensão sobre a doença e como lidar com ela (SOARES, 2019).

O desenvolvimento da criança com TEA depende da adaptação escolar, de profissionais capacitados, mas, mais do que isso, demandará um envolvimento entre a escola e a família, com maior participação desta para planejar a educação dos seus filhos. As famílias precisam notar a

existência de recursos que atendam às necessidades que o transtorno traz, por meio das redes de apoio que amparam as crianças. Compreende-se que as famílias ao buscar uma rede de apoio já estão mais adaptadas ao transtorno.

Buscar uma escola para incluir seu filho autista na educação é uma forma de contribuir com o desenvolvimento da criança ou do sujeito, tendo em vista que muitos são incluídos já na fase da adolescência. A escola deve ser parceira e ajudar a família e o aluno autista, providenciando auxiliar para o professor, formações para todos os envolvidos no atendimento ao TEA, material de apoio e sala de AEE.

Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, ou seja, aquele que, permite compreender que a resolução de um problema pode ser obtida por meio dela, sendo uma de suas características principais munir o pesquisador de bagagem teórica variada, contribuindo para a ampliação de seu conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Com esta finalidade, em termos metodológicos, efetuou-se uma revisão sistemática de literatura relativa ao tema “O papel da família do autista no processo de inclusão escolar”, por meio de levantamento em bases de dados eletrônica e material impressos, como: livros, artigos científicos, periódicos, entre outros, embasado no fato de que todo e qualquer trabalho acadêmico requer conhecimento científico sobre a questão abordada.

Resultados e Discussão

A partir da proposta do papel da família do aluno autista no processo de inclusão escolar discutiu-se uma inclusão de qualidade, com vínculo afetivo e motivação, pois não basta frequentar a escola, é preciso que se garanta a permanência e a aprendizagem, com ações que estimulem a comunicação e a inclusão da criança autista com os outros alunos, utilizando-se uma linguagem clara, simplificada e firme, para que seja a escola a recebê-la e a criança que precise adaptar-se à escola.

Os gestores devem se preparar para desenvolver um plano pedagógico voltado aos alunos autistas, pois muitas vezes são alunos que contam com o acompanhamento de um terapeuta (substituição esta que não deveria acontecer).

Os docentes podem utilizar inúmeras práticas, explicar a mesma situação de maneiras diferentes, estimular, ser mediador e interagir até obter respostas, uma vez que se espera que o autista desenvolva as diversas linguagens e entenda o que lhe é apresentado, tornando-se mais independente. Nisso reside a importância do investimento do professor no relacionamento com o aluno autista, para promover suas habilidades e fazer com que ele aprenda a lidar com compromissos.

A família deve integrar-se com a comunidade escolar, participar de redes de apoio, dividindo conhecimentos e vivências para auxiliar o entendimento sobre o TEA, aprendendo a conviver e relacionar-se com as situações que se apresentam. Essa integração da escola com a família é imprescindível, além de garantir melhor desenvolvimento da criança com autismo.

Considerações Finais

Para estudar o autismo é preciso considerar os desafios enormes que tanto a pessoa com TEA, quanto sua família enfrentam: o retrocesso na linguagem, na comunicação, no comportamento do autista frente à sociedade, que não se trata de uma regra, pois, há uma variedade grande de comportamentos e fatores considerados únicos, uma vez que cada um tem um tipo de reação ao transtorno.

Há autistas que não falam, porém, sabem o que está sendo dito, o que pode originar estresses e variações de humor. Há os que demonstram o que gostam e tornam-se jogadores de futebol, médicos, cantores, por possuírem altas habilidades de concentração no que gostam.

Há uma grande variação, também sobre como as famílias aceitam o TEA e vivenciam as diversas situações. Em algumas o sentimento de culpa e preocupação preenche um considerável espaço quando os familiares se deparam com o transtorno em seus filhos. Outras procuram maneiras de auxiliar no desenvolvimento da criança autista. Verifica-se, ainda, o aprendizado de como lidar com o autista se desenvolvendo no decorrer da vida, com maneiras de aceitar o transtorno, de lidar com o filho, de incluí-lo na sociedade e no âmbito educacional.

Referências

BELISÁRIO, J. F. F.; CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 de out. 2022.

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Lei Nº 12.764/2012. Brasília, 2012.

BRASIL. MEC. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 02 de set. 2022.

BRETANI, H. *et al.* **Autism spectrum disorders: an overview on diagnosis and treatment**. Rev. Bras. Psiquiatria. 35 (supl 1). 2013

CAMPELO, L. D. *et al.* **Autismo: Um estudo de habilidades comunicativas em crianças**. São Paulo. Rev. CEFAC. vol.11, nº 4, pp.598-606. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462009000800008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 de out. 2022.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

GILLBERG, C. **Transtornos do espectro do autismo**. Palestra do Dr. Christopher Gillberg em 10 de outubro de 2005, no Auditório do InCor, em São Paulo. Disponível em: www.caleidoscopioolhares.org/artigos/Palestra%20Gillberg%2020051010.df. Acesso em: 10 out. 2022.

GRACIOLI, M. M.; BIANCHI, R. C. **Educação do Autista no Ensino Regular: Um Desafio à Prática Pedagógica**. Rev. Cient. Fund. Ed. Ituverava. v.11, nº 2. 2014. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/989>. Acesso em: 03 set. 2022.

GRINKER, R. **Autismo: Um Mundo Obscuro e Conturbado**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 2017.

MARANHÃO, P. C. S. *et al.* **Fonoaudiologia e educação infantil: Uma parceria necessária**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11n1/136-07.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

MORO, M. P. **O brincar, a interação dialógica e o circuito pulsional da voz na terapia fonoaudiológica de crianças do espectro autista**. Santa Maria, 2010.

NEUROSABER. **Autismo: é proveniente de fatores hereditários?** 2017. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/autismo-e-proveniente-de-fatores-hereditarios/>. Acesso em: 18 de set. 2022.

NUNES, D. **Autismo e inclusão: entre realidade e mito.** In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). Dimensões Pedagógicas nas práticas de inclusão escolar. 1. ed. Marília: Abpee, v. 2, 2012.

SOARES, D. P. **A criança com autismo na escola: possíveis caminhos para a inclusão.** 2019. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1216/1/TCC_2019_Daniela%20Pra%C3%A7a%20Soares.pdf. Acesso em: 15 de set. 2022.

VASQUES, C. K. Alice na biblioteca mágica: uma leitura sobre o diagnóstico e a escolarização de crianças com autismo e psicose infantil. 2008. 195f. + Anexos. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VITALIANO, Célia Regina; VALENTE, Silza Maria Pasello. **A formação de professores reflexivos como condição necessária para inclusão de alunos com necessidades especiais.** In: VITALIANO, Célia Regina (Org.). Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: EDUEL, 2010. p.31-48.

ZANELLATO, Daniella; POKER, Rosimar Bortolini. Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**, São Paulo, v. 7, no 1, p. 147-158, 2012.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Ana Layane Brandão da; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. O Papel da Família do Aluno Autista no Processo de Inclusão Escolar. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2022, vol.16, n.64, p. 227-240 ISSN: 1981-1179.

Recebido: 07/11/2022;

Aceito 21/11/2022;

Publicado em: 30/12/2022.